

UM SONHO ITALIANO: A IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL ENTRE 1870 E 1910

Patricia Amati¹

Amati, P. Um Sonho Italiano: A Imigração para o Brasil entre 1870 E 1910. *Akrópolis*, 13(1):69-72, 2005

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a imigração italiana para o Brasil, mais especificamente para o Estado de São Paulo, entre 1870 e 1910, demonstrando os fatores de expulsão dos italianos e sua adaptação no Brasil, ou seja, tipo de atividades que iriam desenvolver.

PALAVRAS-CHAVE: imigração; italianos; brasil

AN ITALIAN DREAM: THE IMMIGRATION TO BRAZIL AMONG THE YEARS 1870 TO 1910

Amati, P. An Italian Dream: The Immigration to Brazil among the Years 1870 to 1910. *Akrópolis*, 13(1):69-72, 2005

ABSTRACT: The objective of this work is to analyze the Italian immigration to Brazil more specifically to the state of São Paulo, among the years 1870 to 1910, demonstrating the factors of the Italian expulsion and their adaptation in Brazil, that is, the sort of activities they would develop.

KEY WORDS: immigration; italians; brazil

Ao observar a realidade dos países em desenvolvimento no século XX, principalmente o Brasil, são visíveis os índices de fome e miséria dentre a população que, em função dessas condições, vivenciam crescentes migrações internas e emigrações, nas quais, levas de trabalhadores de classe média e também aqueles que não possuem muitas rendas se deslocam para os países desenvolvidos, visando alcançar melhores condições de vida e retornarem aos países de origem.

É justamente diante desses fatos que resolvi pesquisar sobre a imigração italiana no final do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX, quando ocorreu um processo imigratório em proporções inversas ao que acontece atualmente. No séc. XIX, as diversas imigrações tinham um caráter em comum, as populações dos países em intensa industrialização e daqueles, cuja industrialização principiava, imigravam para os países que ainda não haviam se industrializado e possuíam territórios a serem cultivados, bem como, oferta de trabalho.

Para realizar a pesquisa, analisarei obras bibliográficas de autores como: Lampedusa, Thomaz Davatz, Ângelo Trento, Eça de Queiroz, Francisco Foot Hardman e outros, possibilitando um necessário aprofundamento sobre o tema, e a concretização dessa pesquisa.

Analisando as transformações econômicas e políticas da sociedade européia no final do século XIX, a Itália estava submetida a um processo de unificação, no qual os liberais venceram a nobreza e instalaram um Estado burguês. Ao longo do processo, na medida que a burguesia alcançava êxito, verificava-se claramente a dissolução dos resquícios feudais, ainda presente na sociedade italiana.

O movimento pela unificação tinha o objetivo de eliminar a influência estrangeira do território italiano, bem como, procurava estabelecer um Estado laico, ou seja,

separar o Estado da Igreja. A burguesia lutava pelo fim dos privilégios de uma classe que vivia na ociosidade, protegida pelo prestígio de seus nomes e pelos direitos feudais e nessa nova ordem social que se instalava, os nobres eram vistos como detentores de uma riqueza sem lastro, imóvel, por ser incapaz de gerar novas riquezas.

A Igreja, por seu turno, também seria reestruturada, pois seus bens deveriam ser expropriados e manter-se desvinculada do poder político, ficando apenas com sua função essencial, ou seja, cuidar da religiosidade e da alma dos fiéis.

Diante dessas transformações, a nobreza enfraqueceu e juntamente com ela sua gama de agregados, como também aqueles que necessitavam de suas doações e amparo para sobreviver, tornando-se ainda mais pobres e miseráveis, pois, nem os nobres e nem a Igreja possuíam condições de amparos, sendo obrigados a migrarem para as cidades, que por sua vez, não haviam se industrializado de forma suficiente para absorver este contingente populacional expulso do campo. Esses camponeses engrossavam as filas de desempregados urbanos, tornando as cidades em locais propícios aos conflitos e rebeliões, pois se encontravam totalmente desprovidos de qualquer possibilidade de sobreviver, restando-lhes apenas uma opção de sobrevivência, a emigração.

Além dessa reestruturação social promovida pela implantação do Estado Nacional italiano, existem outros fatores que impulsionaram os italianos a emigrarem e buscarem melhores condições de vida em outros países.

A causa absoluta, e que actua d'um modo idêntico e universal, é a miséria: as outras são causas transitórias e accidentaes, que em determinadas épocas podem estimular

¹ Licenciatura Plena em História / Especialista em História Contemporânea – UNIPAR. e-mail:amatipaty@bol.com.br - Endereço: Rua Curitiba, 465 – CEP: 87520-000 Lovat- Umuarama –Pr. Fone: 587-1084 / 621-2223.

e acelerar movimentos excepcionais de emigração, em razão d'um excepcional desenvolvimento de pobreza (QUEIROZ, 1977 p. 73).

O grande motivo propulsor da emigração provém de resultados econômicos, ou seja, a miséria, que é muito ressaltada por Eça de Queiroz e, também, por Ângelo Trento. Quanto à imigração italiana, estes autores mostram a miséria como principal causa da emigração que ocorreu entre 1880 e a I Guerra Mundial, porém não deixando de ressaltar os fatores demográficos, como: o aumento populacional italiano em função da diminuição do índice de mortalidade após 1870, como agravantes da expulsão de trabalhadores, assim como, as condições econômicas agravadas pela depressão agrícola dos anos 80 que provocaram uma crise de disponibilidades alimentícias.

Essa emigração do séc. XIX assume características distintas das anteriores, pois como ressalta Queiroz (1977) "A emigração cresce progressivamente em número: abrange gradualmente as classes sociais mais educadas: perde seu caráter d'aventura e ganha, uma organização doméstica: estendendo-se a todos os países e a todas as raças".

Nesse momento não somente os pobres emigram, como também, os intelectuais, os profissionais liberais, os pequenos proprietários rurais, enfim, todos aqueles que não estavam satisfeitos com suas condições econômicas e não encontravam em seu país, meios para sobreviver, acabam por emigrar, sonhando encontrar as condições necessárias para ascender socialmente nos países de destino.

Um dos fatores que influenciaram os italianos a emigrarem para o Brasil, foi inicialmente o incentivo promovido pelos fazendeiros que custeavam as passagens e os italianos os pagariam posteriormente durante os trabalhos no Brasil, porém, o fator determinante para a escolha do Brasil foi a imigração subsidiada, promovida pelo governo brasileiro, pois desta forma não teriam nenhum tipo de despesa com a viagem.

Neste período do final do séc. XIX, o Brasil era um país de vastíssima extensão territorial e baixíssima densidade demográfica, tendo como base econômica a agricultura e a mão de obra empregada nas fazendas era a escrava. Essas características eram muito apreciadas pelos imigrantes, pois poderiam possibilitar através de uma dedicação nos trabalhos uma ascensão social.

Os imigrantes italianos, ao chegarem ao Brasil, substituíram o braço escravo nas lavouras de café e o regime de trabalho que regulamentava suas atividades inicialmente foi o sistema de Parceria, que ao longo dos anos foi sofrendo alterações e a partir de 1880 foi substituído pelo Colonato.

Segundo STOLCKE e HALL (1984), no sistema de parceria, os imigrantes recebiam adiantamentos destinados aos custos de viagem e que seriam pagos durante determinado período de trabalho nos cafezais. A remuneração do imigrante consistia em metade dos lucros líquidos do café e dos gêneros alimentícios, conforme as regulamentações dos contratos de parceria.

O contrato de parceria em sua íntegra, correspondia às expectativas dos imigrantes, porém, na prática, muitas de suas cláusulas não eram cumpridas e até negligenciadas. Inúmeras foram as queixas dos colonos referentes às práticas

irregulares dos fazendeiros que fraudavam os cálculos de conversão da moeda estrangeira em brasileira, bem como, cobravam aluguéis indevidos, pois o contrato de parceria estabelecia o recebimento de uma casa aparentemente gratuita.

Os fazendeiros, por sua vez, também se queixavam de que os imigrantes "eram indisciplinados, desordeiros, preguiçosos, dados ao vício da bebida, violentos e avessos a cumprir certas tarefas quando não se achassem especificadas em contrato" (VIOTTI, 1998 p. 127).

Em decorrência das práticas irregulares dos fazendeiros e das inúmeras revoltas dos colonos contra as mesmas, o sistema de parceria passa a ser abandonado e substituído por outras regulamentações.

A partir de 1880, o regime de trabalho que passa a regulamentar as atividades nas fazendas de café é o Colonato, que segundo STOLCKE e HALL (1984), consistia em um sistema misto de remuneração por tarefa e medida colhida de café, sendo a carpa paga a um preço anual fixo por mil pés tratados e a colheita por alqueire de café colhido.

A forma de pagamento do colonato constituía-se em um estímulo para o colono se dedicar melhor em todas as atividades e até mesmo aumentar o número de pés de café cultivados, pois o cafezal estando bem cuidado, maior seria a produção e conseqüentemente os rendimentos que obteriam com o café.

Após o Congresso Agrícola de 1878, o governo passou a se empenhar com maior afinco na promoção da imigração para o Brasil, pois a mesma consistia em uma das únicas soluções para a escassez de mão-de-obra, uma vez que o tráfico de escravos africanos havia sido proibido.

A imigração subsidiada contribuiu para inundar o Brasil com imigrantes e tornou possível o abandono da escravidão sem grandiosos danos aos fazendeiros. Entre 1887 e 1902, os italianos constituíam 60% dos imigrantes que entravam no Brasil. As principais regiões que promoviam a imigração eram: Vêneto, Friuli, Lombardia, Campana e a Calábria. "A Itália, que até 1880 tivera um contingente insignificante de emigrantes, exporta entre 1881 e 1914, cerca de 7,7 milhões de trabalhadores". (OLIVEIRA, 2001, p. 22).

Neste período, o número de imigrantes, já excedia o número de escravos, que mesmo após a abolição, coexistiam juntamente com o trabalho livre nas lavouras cafeeiras, porém, os fazendeiros ainda continuavam a aplicar tratamentos escravistas aos colonos, que mesmo com o sistema do colonato, queixavam-se dos maus tratos dos fazendeiros, da cobrança de multas abusivas, da falta de condições sanitárias e etc. Porém, não podemos generalizar que em todas as fazendas existiam fazendeiros abusivos, em muitas delas os colonos obtiveram êxito em suas atividades.

Enfim, concluímos que o colonato foi o regime de trabalho na qual tanto os fazendeiros quanto os colonos não se sentiram completamente prejudicados como no sistema de parceria, pois com o pagamento por atividade prestada, o colono não deixaria o cafezal sem cuidados para dedicar-se ao cultivo de subsistência e procuraria, por sua vez, cumprir suas tarefas e realizar uma boa colheita, empregando toda a família no trabalho, para aumentar seus rendimentos.

Os imigrantes, cujas esperanças com o colonato haviam se esgotado em função das práticas ilícitas dos fazendeiros, migravam para as cidades onde pudessem desenvolver

atividades que viessem melhorar suas condições de vida. Havia também aqueles que provinham da Itália e se dirigiam para as cidades, como é o caso dos italianos provenientes das regiões meridionais, entre eles os toscanos e lacianos, de acordo com Trento (1989). Os italianos que se destinavam às cidades desenvolveriam atividades artesanais, comerciais, como também, trabalhos urbanos, ou seja, atividades que, embora em menor intensidade, desenvolviam em seu país de origem. “Eram numerosíssimos os italianos entre os barbeiros, sapateiros, alfaiates, cocheiros, carregadores, cavadores, pedreiros, canteiros, marmoristas, marceneiros, ferreiros, caldeireiros (TRENTO, 1989, p. 130)”. Também se estabeleciam como trabalhadores assalariados ou diaristas das fábricas.

Durante a primeira República, as manifestações culturais dos imigrantes se relacionavam com o movimento anarquista, cujos líderes possuíam uma formação intelectual superior à da maioria dos imigrantes, “[...] quando se fala de cultura operária nesse período subentende-se, primordialmente, a cultura militante produzida pelas sociedades operárias e pelas correntes políticas, com ênfase no anarquismo (BATALHA, 2000, p.63).”

Segundo o ideal anarquista, o operário deveria ser instruído, letrado, ser portador de uma cultura que não fosse a cultura da classe dominante, mas sim uma cultura identificada com seus valores, ideais e com sua vida cotidiana. Para a liderança anarquista, esta seria a forma mais adequada para a emancipação operária, ou seja, a vitória de anseios operários mediante uma imposição de anseios burgueses.

Este tipo de comunicação e conscientização tornava-se extremamente difícil em função dos variados dialetos italianos e os diferentes graus de escolaridade entre eles, conforme ressalta HARDMAN (1984). Em função dos inúmeros dialetos e graus de escolaridade tornava-se complicado atingir as metas da liderança anarquista, utilizando-se da propaganda escrita, pois a mesma não teria o efeito esperado. Então passam a conscientizar os operários através de discursos libertários orais, sendo este um meio essencial, portanto sem abandonar o objetivo de tornar a classe alfabetizada e politizada, pois quanto mais instruídos os imigrantes, melhor seria sua atuação na sociedade.

Outro método utilizado pela liderança anarquista é o teatro, que além de seu cunho ideológico, constituía-se no lazer da classe operária. “As sociedades de mútuo socorro, particularmente italianas, serão as primeiras a introduzirem o teatro como instrumento didático e como ocasião de deleite” (TRENTO, 1989 p.252).

As peças sempre procuravam representar as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, como também, existiam aquelas que manifestavam os ideais da classe ou eram importadas da Itália, e mesmo os produzidos no Brasil tinham como cenário as cidades italianas, conforme relata Ângelo Trento. Os operários italianos viam no teatro e nas festas promovidas pela militância anarquista o único meio de entretenimento e lazer, pois são justamente nessas horas de encenação que se aliviam do cansaço dos duros trabalhos.

A classe operária brasileira dos finais do séc. XIX e início do séc. XX era constituída em sua maioria de estrangeiros e alguns homens livres nacionais, ambos quase sempre analfabetos, sendo assim, excluídos de participação política e civil, segundo nos relata Mendes e Maranhão. Estes

trabalhadores eram praticamente designados a habitarem os cortiços, favelas e as vilas operárias, onde só se concentravam operários. Nos cortiços, as condições de higiene eram péssimas ou inexistentes. A quantidade de pessoas que habitavam cada cômodo era assustadoramente superior à que na realidade deveria ser habitada. É devido aos baixos salários e ao alto custo de vida que se submetem aos horrores da vida no cortiço. Os salários não eram suficientes para suprir as necessidades dos operários e os aluguéis das casas, até mesmo nas vilas operárias eram altos, sendo o aluguel nos cortiços mais baixo que os demais. Morar num cortiço reduzia os gastos do operário, assim teriam mais dinheiro para ser empregado na alimentação.

Além dos cortiços, a classe trabalhadora poderia habitar os bairros operários que geralmente eram constituídos às margens de ferrovias, pois são exatamente nestes locais que se localizam as fábricas. Essas vilas operárias contam com condições de higiene superiores às do cortiço, pois em quase todas havia água em certa abundância, iluminação, escolas, algumas ruas pavimentadas, e mesmo tendo casas muito próximas umas das outras, gozavam de uma privacidade superior à do cortiço. Segundo HARDMAN (1984) vilas operárias sugeriam um maior controle dos industriais sobre os operários, pois tendo suas moradias construídas em terrenos próximos das fábricas e distantes da cidade, praticamente nunca se distanciavam dos domínios industriais.

Nas fábricas, os operários trabalhavam durante prolongadas jornadas de trabalho, variando entre 11 e 13 horas de trabalho, segundo documentário do jornal *La Bataglia* de 1910, sendo que nessas fábricas ou indústrias as condições de trabalho também eram precárias, em algumas faltavam banheiros adequados, ventilação, iluminação, cuidados especiais com gestantes e menores, bem como não possuíam assistência médica ou farmacêutica em casos de acidentes. Porém, também existiam fábricas que possuíam boas condições de trabalho, como por exemplo, a Santista, a Labor ou a Ipiranga, segundo PINHEIRO e HALL (1984).

As dificuldades enfrentadas pelos imigrantes italianos, tanto no campo quanto nas cidades, os faziam recordar as situações de miséria de sua pátria, pela qual em virtude da miséria, emigraram para o Brasil, procurando livrarem-se da miséria e sobreviver dignamente. A imagem que o imigrante obtinha do Brasil era “de um país das maravilhas, em que o ganho é assegurado e a propriedade da terra está ao alcance da mão (TRENTO, 1984, p. 29)”, um lugar ideal para livrarem-se da miséria que os assolava. No entanto, a realidade brasileira não era exatamente como a exibida na Itália, e os imigrantes viam-se frustrados e desiludidos por não conseguirem realizar seus sonhos de enriquecerem e retornarem à Itália. No entanto, não devemos deixar de ressaltar aqueles que conseguiram enriquecer, como é o caso de Francesco Matarazzo, Crespi, Egidio Pinotti Gamba. Portanto, em geral, os italianos não constituíram grandes fortunas, e aqueles que as constituíram é porque emigraram com certa quantia de pecúlios.

Ao final da primeira República contudo, os operários foram adquirindo, através de manifestações e greves, os seus direitos básicos necessários para um trabalho digno e com segurança, cujas vitórias desencadearam a aprovação da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Conclusão:

Como observamos, no decorrer desse trabalho, o imigrante se adaptou razoavelmente sem grandes choques culturais ao novo país, e em meio a esse processo nos trouxe seus costumes e hábitos aos quais nos habituamos a praticar e até hoje se encontram presentes na sociedade, assim como os imigrantes também aderiram e fundiram nossos hábitos com os deles, criando novos hábitos.

Enfim, são inúmeras as contribuições dos imigrantes italianos para o Brasil, desde o trabalho desempenhado nas lavouras, até o impulso que promoveram na industrialização paulista. Na mesma medida que contribuíram, também sofreram, frustraram-se e desiludiram-se por não alcançarem seus objetivos, mas não deixaram de continuar lutando por melhores condições de vida e promovendo o avanço da industrialização no Brasil, e no decorrer dos anos alcançam com certo êxito algumas melhorias, como é o caso da Consolidação das Leis Trabalhistas, cujo início da luta deu-se com os anarco-sindicalistas.

Referências

ALVIM, Z. M. F. **Brava gente!** os italianos em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BATALHA, C. H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

BEIGUELMAN, P. **A crise do escravismo e a grande imigração**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, E. V. da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Itatiaia, 1980.

FAUSTO, B. (Org.). **Fazer a américa**. São Paulo: Edusp, 1999.

HALL, M. M. Reformadores de classe média no Império Brasileiro: a sociedade central de imigração. **Revista de História**, São Paulo, n. 5, 1976.

_____. Michael, M. **The origins of mass migration in Brazil, 1871/1914**. Columbia University, mimeografado, 1969.

HARDMAN, F. F. **Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAMPEDUSA, G. T. di. **O leopardo**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

MENDES JUNIOR, A.; MARANHÃO, R. **Brasil História: texto e consulta. República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1981. V. 3.

OLIVEIRA, L. L. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. M. **A classe operária no Brasil**. Documentos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

QUEIROZ, E. **A imigração como força civilizadora**. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1977.

STOLCKE, V.; HALL, M. M. À luta trabalhadores! a introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 1984.

STOLCKE, V. **Cafeicultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRENTO, Â. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

ZANDONADI, M. **A família Zandonadi**. Belo Horizonte: [s.n.], 1997.

Recebido em: 07/10/04

Received on: 07/10/04

Aceito em: 01/11/04

Accepted on: 01/11/04